

27 OUT 1994

RUY FABIANO *Congresso*

PONTO DE VISTA

O salário parlamentar

As vésperas de fixar o salário que irá pagar a seus representantes na próxima legislatura, o Congresso está em pânico com a possível (e previsível) reação da mídia. O procedimento clássico, nos últimos anos, tem sido o de malhar implacavelmente a instituição.

Considera-se, de modo geral, que os parlamentares ganham muito e trabalham pouco — e, ainda por cima, roubam. Essa a imagem, justa ou injustamente, fixada na opinião pública. Sabem os que acompanham de perto a atividade parlamentar que a generalização é injusta — e perigosa. Mas, no caso do Congresso, foi difícil impedi-la.

Para muitos parlamentares, que vêm esporadicamente a Brasília e cuidam apenas de seus interesses, qualquer salário, mesmo pequeno, será sempre excessivo. Mas a verdade é que muitos trabalham — e muito. E ainda: a melhor maneira de punir os gazeteiros não é promovendo o achatamento geral dos salários, uma medida que pune injustamente os que trabalham e abre uma porta à corrupção, mas denunciando-os sistematicamente ao eleitorado.

O próprio Lula reconhece que, hoje, o parlamentar — deputado e senador — ganha pouco. Tanto assim que defende a redução do desconto na fonte (30%) que o PT impõe a seus deputados e senadores. Há um movimento suprapartidário de renovação na Câmara, de que participam, entre outros, deputados como José Genoíno (PT) e Miro Teixeira

(PDT), que questiona desde os métodos viciados de eleição da mesa diretora até a manutenção de privilégios e ganhos indiretos.

Esses parlamentares acham insuficiente um salário na faixa atual de R\$ 3,5 mil. Não permite que o parlamentar custeie simultaneamente os gastos de representação da função, o sustento de sua família e se mantenha em contato com as bases. Um parlamentar nos Estados Unidos, por exemplo, ganha acima de US\$ 20 mil.

O detalhe, porém, é que, lá, esse salário representa o total do que lhes é pago. Com ele, custeia moradia, transporte, telefone e tudo o mais. Aqui, não há clareza quanto aos ganhos do parlamentar. Além dos vencimentos no contracheque, há os ganhos indiretos com moradia funcional (em que até a mobília é fornecida gratuitamente pelo Estado), cota de passagem aérea, franquia telefônica e postal etc.

A idéia desse movimento renovador é eliminar todas as mordomias e privilégios e fixar um salário condizente com a função — algo que estaria numa faixa de R\$ 12 mil a R\$ 15 mil. Não pode, no entanto, segundo esses parlamentares, ser uma providência isolada. Tem que estar inserida num conjunto de medidas transformadoras, que dêem à opinião pública a idéia de efetivo saneamento moral da instituição, iniciado (e não concluído) com a CPI do Orçamento.

CORREIO BRAZILENSE